

Em 2025, vai ter Consulta Nacional dos Bancários e Bancárias!



Neste ano a categoria bancária não terá a campanha nacional, mas será chamada para responder à Consulta Nacional 2025, com lançamento na quinta-feira, 15 de maio. O levantamento, realizado todos os anos pelo movimento sindical, auxilia na formulação de estratégias de reivindicações e para a definição das prioridades dos trabalhadores nos debates em mesa de negociação com os bancos.

"Bancárias e bancários de todo o país, sejam eles filiados ou não aos sindicatos, podem responder à Consulta Nacional", explica a coordenadora do Comando Nacional dos Bancários e presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira. "Os resultados da consulta são utilizados para formular as pautas das negociações coletivas e das campanhas salariais. Por isso que essa fase, de levantamento, é fundamental, para que a gente tenha uma visão assertiva dos desejos da categoria", completa a dirigente.

O conteúdo e a estrutura da Consulta Nacional dos Bancários 2025 foi aprovada pelo Comando Nacional dos Bancários, grupo que reúne representantes sindicais de todo o país, no dia 28 de abril.

"É muito importante a participação de todos e todas, porque esse conhecimento sobre os anseios da categoria é o que nos ajuda a entregar, da melhor forma, o nosso trabalho de organização e mobilização para manter direitos e avançar em novas conquistas nas campanhas salariais", conclui a dirigente.

13 de maio: racismo não acabou e sociedade necessita de avanços

O Brasil foi o último país das Américas a abolir, oficialmente, a escravidão, com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. No entanto, o processo que levou ao fim da exploração de um ser humano por outro ser humano, oficializada pelo Estado, só ocorreu por conta da pressão social dos abolicionistas e organização de negros e negras. Naquela ocasião, havia cerca de 700 mil escravizados no país, entre alforriados e rebelados que fugiram e viviam nos quilombos.

"É por isso que, muitos estudiosos e movimentos sociais apontam que o 13 de maio foi uma espécie de falsa abolição, uma abolição inacabada. Em muitos locais do país, a exploração da mão de obra de negros e negras prosseguiu e, além disso, a abolição oficial não foi acompanhada de políticas públicas, além de não ter ocorrido com integração social. Ou seja, uma grande parcela da população, altamente explorada e que não teve, até então, acesso a escolarização, moradia, terras, empregos e acesso à saúde pública, continuava sem esses direitos, naquele momento da virada entre os séculos 19 e 20", explica o secretário de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Almir Aguiar.

Leia as matérias completas em nossa página.